

ENERGIA LIMPA

INFORME SETORIAL

Contra aquecimento, mais energia limpa

O Estado de S. Paulo.

O Brasil precisa evitar que 21 bilhões de toneladas de gás carbônico equivalente sejam despejadas na atmosfera nos próximos anos. Não é pouco: representa dez vezes o total emitido no País em 2020 ou duas vezes a poluição da China naquele mesmo ano. O CO2 equivalente é uma forma de mensurar todos os gases estufa em uma mesma medida.

O corte de emissões é também o único caminho para chegar em 2050 com o balanço de liberação de gases estufa zerado, compromisso assumido na Cúpula do Clima de Glasgow (COP), onde foram mobilizados esforços para frear o aquecimento global. O cálculo do volume a ser evitado é de estudo inédito feito pela CDP América Latina, organização internacional que mede o impacto ambiental de empresas e governos em todo o mundo, e pelo Laboratório Cenergia da Coppe, da Universidade Federal do Rio (UFRJ). O trabalho traça ainda o caminho para que os principais setores da economia atinjam a meta.

Entre as recomendações estão aumentar as florestas plantadas do Brasil e dobrar os sistemas integrados ou agroflorestais – que unem espécies perenes, como árvores, com culturas agrícolas sazonais e criação de animais. Outra estratégia é

e elevar a participação das fontes renováveis de energia dos atuais 48% para 73% do total, com investimento em biocombustíveis avançados. Na rota da mudança, ainda estão necessariamente conservar florestas nativas, erradicar o desmate até 2030 e recuperar grandes áreas de pastagens.

Apesar do tombo econômico causado pela pandemia, e na contramão dos outros países, o Brasil teve em 2020 alta de 9,5% nas emissões ante o ano anterior – a queda global foi de quase 7%. O motor dessa inversão foi a alta no desmate da Amazônia e do Cerrado. “Um Estado como São Paulo pode nunca zerar a emissão de um poluente, mas outro como o Amazonas pode ser francamente negativo”, afirma o professor da Coppe Roberto Schaeffer. “Por isso é necessário plano de ação nacional.”

Rebeca Lima, diretora executiva da CDP América Latina diz que o estudo também se destina a dar transparência climática para governos locais. “O CDP trabalha com os Estados para prover informações que possam virar políticas públicas.” Neste mês, 13 anos após ser previsto na Política Nacional de Mudança do Clima, o mercado de carbono regulado foi instaurado por decreto federal. Mas o texto ainda precisa ser regulamentado.

Conforme o estudo, se os caminhos das mudanças estruturais forem cumpridos, a partir de 2040 o setor de agropecuária, florestas e outros usos do solo – responsável pela maior parte das emissões nacionais – passará a contribuir com a captura de CO₂ da atmosfera para tornar o balanço das emissões negativo. Para isso, o relatório recomenda medidas de mitigação, como recuperar pastagens, crescer em 3,6 milhões de hectares as florestas plantadas e expandir sistemas agroflorestais, de 17,5 milhões de hectares em 2020 para cerca de 36 milhões de hectares em 2050.

Para o avanço da energia limpa, o desafio está em contornar o teto da energia hidrelétrica. Os maiores potenciais para esse tipo de fonte renovável estão hoje na

Amazônia. Mas projetos hidrelétricos nessa região implicam necessariamente impactos ambientais, explica Schaeffer.

O caminho, diz o relatório, está no aumento da participação de energia eólica, solar e, principalmente, biomassa, que podem levar o País, após 2035, ao patamar de emissões negativas no setor. Isso se dará, principalmente, por meio da captura e armazenamento de CO₂, que devem ser inseridos na produção de biocombustíveis avançados.

A adoção desses biocombustíveis, produzidos a partir da biomassa, para a frota de veículos pesados e a gradual eletrificação de veículos leves entram na conta. “Falar de biocombustível para o futuro não é falar em carro flex, mas em combustíveis de ponta para veículos pesados de carga, aviação e navegação”, diz Schaeffer.

O estudo também considera o setor de resíduos sólidos, embora pese menos no total de emissões. O modelo estima que a reciclagem será responsável por tratar 20% dos resíduos sólidos em 2050.

Núcleo de Inteligência – ADECE/SEDET

Edição 463 – Em 25 de maio de 2022

Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do Governo do Estado do Ceará.